

Roosevelt Pinheiro



AGENDA Senadores discutiram por quase seis horas a MP que abre recursos para dois ministérios e a que trata de cargos e carreiras da administração federal. Pauta de hoje inclui mais 13 medidas

Senado vota duas MPs e tenta limpar a pauta até terça-feira

Nova sessão convocada para hoje, às 10h, deve reiniciar o exame de medidas provisórias, interrompido após quase seis horas de debates. Líder do PFL confirma acordo para votações

Página 3

Projeto da CCJ acaba com as coligações verticalizadas

Eleições nos estados e municípios podem não ser obrigadas a reproduzir as mesmas coligações formadas para o pleito em que se elege o presidente da República.

Página 7

Pacto dos Poderes busca Judiciário mais eficaz

Pacto de Estado em favor de um Judiciário "mais rápido e republicano" foi assinado pelos presidentes dos três Poderes. O documento contém 11 compromissos.

Página 7

Jane Araújo



TRANSPARÊNCIA Sarney ressalta a importância da divulgação dos trabalhos do Senado para a sociedade

Sarney inaugura novos estúdios da TV Senado

A TV Senado deve começar por cinco grandes cidades as transmissões em sinal aberto (UHF). O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado,

José Sarney, ao inaugurar os novos estúdios da emissora. Sarney considerou as instalações "um salto qualitativo extremamente importante". O objetivo,

Página 4

segundo ele, é mostrar à sociedade, em nível nacional, a importância do trabalho do Senado, instituição a que a população tem acesso "até para questionar".

Proprietário terá que dar baixa em veículo irrecuperável

Em seu relatório final, a CPI do Desmanche apresenta projeto que fixa em 30 dias prazo para o proprietário requerer baixa no registro de veículo desmontado.

Página 8

Alberto Silva é eleito para o Conselho da República

Por 50 votos a favor e 2 abstenções, Alberto Silva foi eleito para a vaga do Senado no Conselho da República. Ele vai substituir Celso Furtado, falecido recentemente.

Página 3



DIPLOMACIA José Viegas Filho teve seu nome acolhido pela CRE para a embaixada na Espanha

Comissão aprova indicações de embaixadores

Em sua última reunião do ano, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou os pareceres favoráveis às três indicações feitas pela Presidência da República de novos embaixadores do Brasil no exterior. As mensagens, que receberam pedido de urgência do presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), seguiram direto para o Plenário.

Com 13 votos, foram acatadas as escolhas dos diplomatas José Viegas Filho, para a Espanha; Vitória Alice Cleaver, para a Nicarágua; e José Augusto Lindgren Alves, para acumular as embaixadas na Bulgária e na Bósnia-Herzegovina.

Foi aprovado requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) que pede ao Senado cumprimentos à romancista e poeta austríaca Elfriede Jelinek, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura deste ano. A comissão também acolheu requerimento de Suplicy solicitando o envio ao governo de Israel e à Autoridade Palestina de uma manifestação de desejo, por parte do Senado, de que os dois governos dêem total apoio à iniciativa de paz de Genebra.

Cristovam quer mais ajuda para brasileiros no exterior

■ Senador sugere representação parlamentar para defender interesses de emigrantes

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) propôs na reunião de ontem da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que seja analisada, a partir do próximo ano, proposta de criação de representações parlamentares no exterior voltadas para o atendimento dos cidadãos brasileiros que moram fora do país. Ele explicou que tem consciência de que esse tipo de proposição



RELEVÂNCIA Cristovam Buarque informa que há 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior

altera a Constituição e, por isso, encomendou estudo técnico da Consultoria Legislativa sobre o assunto.

– Acho que está na hora de

o Brasil ter, no exterior, parlamentares eleitos, assim como faz a Itália, Espanha e Portugal, assumindo que deixou de ser um país de imigração e passou a ser de emigração – recomendou Cristovam, informando que há cerca de 3 milhões de brasileiros morando no exterior. Esse tipo de representação cuidaria da elaboração de leis que possam auxiliar e garantir direitos a essas pessoas e suas gerações futuras.

O presidente da CRE, Eduardo Suplicy (PT-SP), disse que a idéia deveria ser expandida para permitir que os cidadãos do continente americano possam transitar livremente entre os países que o compõem.



MAUS-TRATOS Para Crivella, brasileiros vivem situação de "escravidão" nos EUA

Crivella aponta humilhações nos Estados Unidos

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) fez ontem um relato da viagem que ele e outros parlamentares empreenderam aos Estados Unidos para trazer 70 brasileiros presos por entrarem ilegalmente naquele país. Segundo Crivella, fugindo do desemprego no Brasil, muitos jovens, inclusive com formação universitária, caem nas mãos dos chamados coiotes, criminosos que lhes prometem ajuda para cruzar a fronteira entre o México e o território norte-americano, mas depois são abandonados e acabam presos.

O senador denominou a situação vivida pelos brasileiros de "escravidão", já que, depois de pagarem os coiotes, servem ao sistema penitenciário privado dos Estados Unidos, que lucra com a permanência deles no cárcere. Crivella disse ter ficado muito triste ao ver o tratamento desumano desses imigrantes ilegais, até no momento em que são soltos e encaminhados aos vãos fretados pelo governo brasileiro trajando roupas que nem pertencem a eles.

– As prisões norte-americanas têm sido um espelho vergonhoso da incapacidade que temos tido, como nação, de oferecer perspectivas de vida, de realização profissional e humana a nossa juventude – observou o senador.

Crivella citou como exemplo das más condições do país as altas taxas de desemprego nos centros urbanos, em que a maioria (65%) dos desempregados são jovens entre 15 e 24 anos. No ano passado, 5.208 brasileiros foram presos e deportados dos Estados Unidos, número que subiu para 8.852 em 2004.

– Para que esse superávit fiscal de R\$ 70 bilhões e esses juros escorchantes? – indagou o senador, para em seguida pregar a adoção de uma política de pleno emprego.

Agenda

Convocação do Congresso começa hoje

Começa hoje o período de autoconvocação do Congresso Nacional, que vai até 23 de dezembro. A sessão deliberativa do Senado tem início às 11h, para a votação das 13 medidas provisórias que trancam a pauta, incluindo os projetos de lei de conversão (PLV) 58/04, que reorganiza as classes da carreira da Polícia Federal, e o 59/04, que institui o ProUni.



Sarney concede entrevista a radialistas

O presidente do Senado, José Sarney, concede entrevista coletiva para radialistas, às 7h, na residência oficial, com transmissão ao vivo pela Rádio Senado. Logo após, Sarney participa de café da manhã para

o comitê de imprensa e veículos da Casa e, às 11h30, comparece à inauguração do busto do senador Afonso Arinos de Melo Franco, no Salão Nobre do Senado.

Orçamento analisa créditos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa hoje, a partir das 11h, projetos de créditos suplementares que liberam recursos do Orçamento para os Ministérios do Trabalho, do Planejamento, das Cidades e da Previdência, entre outros órgãos.

Alô Senado

Foi inaugurado nesta semana o Alô Senado, serviço de relacionamento da Casa com o cidadão. Para acessar, basta ligar gratuitamente para o número 0800 61-2211 ou mandar *email* para o endereço alosenado@senado.gov.br.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



RECONHECIMENTO Indicação de Alberto Silva é uma homenagem à sua experiência na vida pública

Alberto Silva é eleito para Conselho da República

O Plenário aprovou ontem a indicação do senador Alberto Silva (PMDB-PI) para a vaga do Senado no Conselho da República. Ele foi indicado pelo presidente da Casa, José Sarney, como homenagem a sua vida pública. Sarney lembrou ser Alberto Silva o decano do Senado e elogiou seu conhecimento da vida política, econômica e social brasileira.

– Vejo que a indicação foi sábia. Alberto Silva contou com o apoio unânime do Plenário por ser um exemplo de dignidade e trabalho.

Alberto Silva agradeceu a Sarney a escolha de seu nome “para o alto cargo de conselheiro da República”. Lembrou a dificuldade de substituir o economista Celso Furtado, a quem chamou de “mestre consagrado”, mas afirmou que o país não se decepcionará com sua atuação no colegiado.

A Constituição, em seus artigos 89 e 90, estabelece que o Conselho da República é um órgão superior de consulta do presidente da República, composto pelo vice-presidente da República; presidente da Câmara dos Deputados; presidente do Senado; líderes da maioria e da minoria nas duas Casas; ministro da Justiça; e seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, sendo dois nomeados pelo presidente da República, dois eleitos pelo Senado e dois eleitos pela Câmara.

O presidente Sarney recebeu congratulações, pela sugestão, dos senadores Mão Santa (PMDB-PI), Heráclito Fortes (PFL-PI), Eduardo Suplicy (PT-SP), Hélio Costa (PMDB-MG), Ney Suassuna (PMDB-PB), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Magno Malta (PL-ES), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Efraim Morais (PFL-PB).

Senado aprova ajuda financeira a cidades que sofreram calamidade

■ Durante discussão, senadores de estados que não receberam o benefício criticam medida provisória

Depois de mais de duas horas de discussão, o Plenário aprovou ontem a medida provisória que destina R\$ 50 milhões para o Ministério da Integração Nacional, e R\$ 10 milhões para o Ministério dos Transportes. A matéria era o segundo item da pauta, que continua obstruída por outras 13 MPs e dois projetos de lei que tramitam em

regime de urgência.

Os R\$ 50 milhões são direcionados a municípios de sete dos estados que tiveram calamidades climáticas no início do ano: Ceará, Paraíba, Mato Grosso, Goiás, Alagoas, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Os R\$ 10 milhões são destinados à reconstrução da ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, no Maranhão, também derrubada pelas chuvas do início do ano.

Treze senadores subiram à tribuna para debater a MP (211/04). O relator, Magno Malta (PL-ES), disse esperar tratamento semelhante para as cidades do Espírito Santo que

sofreram com seca e enchentes, sendo apoiado por Gerson Camata (PMDB-ES).

José Jorge (PFL-PE) lamentou que os recursos para calamidades não tenham sido liberados a tempo. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e César Borges (PFL-BA) reclamaram da exclusão da Bahia na MP. Heráclito Fortes (PFL), Mão Santa (PMDB) e Alberto Silva (PMDB), todos do Piauí, pediram verbas para socorrer os municípios do seu estado que sofreram com as enchentes.

Os mineiros Hélio Costa (PMDB) e Eduardo Azeredo (PSDB) chamaram a atenção

para a necessidade de recuperação das rodovias em Minas Gerais. Participaram ainda da discussão Alvaro Dias (PSDB-PR), Osmar Dias (PDT-PR) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

Plano de carreira

Também foi aprovado o projeto de lei de conversão (PLV 57/04) da medida provisória (210/04) que trata do plano de carreira para a área de ciência e tecnologia, além do Banco Central, Agência Nacional de Águas (ANA) e demais órgãos reguladores. Como o relator, Ney Suassuna (PMDB-PB), introduziu mudanças no texto, o PLV volta à Câmara.



DECISÃO Votação da MP gerou polêmica no Plenário, que acolheu ainda plano de carreira do BC e agências reguladoras

ACM cumpre promessa e tenta impedir votação

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cumpriu a promessa de pedir verificação de quórum logo no primeiro item da ordem do dia, o projeto de lei de conversão da medida provisória (MP 210/04) que trata de cargos e carreiras da administração pública federal. Antes de pedir a verificação de quórum, no entanto, ele levantou várias dúvidas sobre o texto da MP e pediu que o relator, Ney Suassuna, as explicasse da tribuna

do Senado.

Antonio Carlos exigiu ainda que se cumprisse o ato dos presidentes do Senado e da Câmara, que limitava a autoconvocação a sessões conjuntas, do Congresso, para exame exclusivo do Orçamento Geral da União, até o dia 23 de dezembro.

O líder do PDT, Jefferson Péres (AM), afirmou que não havia participado de qualquer reunião que estabelecesse votação de outras matérias, além

do Orçamento.

Antonio Carlos interveio: “Então, a questão é mais grave do que pensamos. Um dos líderes mais atuantes do Senado não foi avisado”.

O líder do PFL, José Agripino (RN), pediu desculpas a Jefferson Péres por ter ele ficado de fora da decisão, e à própria bancada do PFL, por não a haver consultado. Mas garantiu que foi feito um acordo para que se votassem as medidas provisórias até terça-feira.

Senado examina hoje mais medidas provisórias

Por acordo de lideranças, o presidente do Senado, José Sarney, suspendeu a ordem do dia de ontem, às 20h15, quando haviam sido votadas apenas duas medidas provisórias das cinco previstas. Uma nova sessão foi convocada para hoje. Após quatro horas de deba-

tes e tentativas de obstrução por parte de Antonio Carlos Magalhães, o senador baiano perguntou ao presidente da Casa se ele tinha a intenção de prosseguir com os trabalhos, quando apenas uma matéria havia sido votada.

A líder do PT, senadora Ideli

Salvatti (SC), propôs que se deliberasse sobre a MP 211/04, que abre crédito aos ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, e que as outras três ficassem para hoje. A sugestão foi aceita pelos demais líderes e pelo presidente José Sarney.

Agripino diz que acordo é uma homenagem a José Sarney

O senador José Agripino (PFL-RN) informou ao Plenário que foi feito um acordo de líderes na manhã de ontem pelo qual seriam votadas até a próxima terça-feira, dia 21, as medidas provisórias incluídas na pauta. Nos dois dias seguintes o Congresso Nacional deliberaria sobre o Orçamento Geral da União.

Segundo Agripino, independentemente de a oposição considerar absurdo o “abuso na edição de medidas provisórias”, trata-se de uma homenagem ao presidente José Sarney.

– A decisão de encerrar o ano com a pauta do Senado limpa, sem matérias pendentes, é uma homenagem ao presidente José Sarney, que só não será reeleito presidente desta Casa por causa do impedimento legal – acrescentou.

José Sarney agradeceu a homenagem e a iniciativa dos líderes, já que, depois da decisão de votar, pela manhã, foram comunicá-lo do acordo em seu gabinete. E disse que não havia tido tempo de editar um novo ato convocatório.

– Mas se esta Casa, em sua maioria, quiser deliberar diferente, manter o que havia sido decidido antes, eu respeito a decisão majoritária – afirmou.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), lembrou que a Constituição obriga a inclusão de MPs não votadas em toda convocação.

Jucá pede apoio para salário mínimo de R\$ 300

Relator do Orçamento destaca prioridade para o reajuste salarial e da tabela do Imposto de Renda

Ao registrar o anúncio do novo valor que o salário mínimo terá a partir de 1º de maio do próximo ano (R\$ 300), o relator da proposta de Orçamento Geral da União, senador Romero Jucá (PMDB-RR), pediu o apoio de todos os parlamentares para a sua aprovação. Ele adiantou que o aumento do mínimo deverá ser feito por meio de medida provisória e ressaltou



Roosevelt Pinheiro

INSTRUMENTO Romero Jucá adianta que reajuste do mínimo deverá ser feito por medida provisória

a definição do percentual de 10% para o reajuste da tabela do Imposto de Renda.

Segundo Jucá, o acréscimo de R\$ 40 ao salário mínimo

atual – R\$ 260 – significa “um aumento real significativo”. Ele explicou que, em conjunto com o governo, havia utilizado a fórmula que reajustava o mínimo de acordo com o crescimento do PIB, mas o valor chegou a R\$ 288 e foi considerado pouco.

– Através de cortes nos investimentos e redução no custeio da máquina pública, priorizamos o salário mínimo e o reajuste da tabela do IR. Ainda temos um desafio, que é conseguir recursos para equalizar as exportações dos estados.

Jucá admitiu que os recursos para os reajustes, cerca de R\$ 5 bilhões, virão também do aumento de receita.

José Machado poderá dirigir a ANA

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a indicação do ex-deputado federal e atual prefeito de Piracicaba (SP), José Machado, para o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA). Ele substituirá o engenheiro Jerson Kelman, que, na terça-feira, teve sua indicação aprovada pela CI para comandar a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Machado, que quando deputado federal colaborou para a relatoria dos projetos que instituíram a Política Nacional de Recursos Hídricos e a ANA, comprometeu-se a exercer um mandato em favor da imple-



Márcia Kallume

SABATINA José Machado debate com os senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida por José Jorge

mentação da política nacional de águas.

João Ribeiro (PFL-TO) pediu mais esforços por parte da agência para resolver os proble-

mas que o Nordeste enfrenta com a falta de água. Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou o alto custo da transposição de águas do Rio São Francisco.

Roteiro para acompanhar trabalho da Operação Pororoca

A Subcomissão Temporária da Operação Pororoca, que funciona no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal sobre fraudes em licitações, reuniu-se ontem para discutir e votar o roteiro de trabalho do colegiado. Todos os itens propostos foram aprovados na subcomissão, presidida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

No roteiro de trabalho da subcomissão constam ida à Macapá (AP) para audiência com os procuradores federais Paulo Roberto Souza e José Cardoso Lopes, que acompanham o caso, e audiência com o juiz

federal Ancelmo Gonçalves da Silva, que decretou as prisões dos acusados; solicitação das peças do inquérito e processo em andamento; convite para que todos os indiciados compareçam à CFC após análise do inquérito e da denúncia; e identificação dos órgãos da administração federal em que ocorreram os atos ilícitos.

A subcomissão contará ainda com o auxílio do ministro Valdir Pires, da Controladoria Geral da União. Durante as investigações da operação, a polícia identificou delitos de fraude no Siafi e inserção de dados falsos na Receita Federal de Macapá. As fraudes se estenderam ao Espírito Santo, Pará, Distrito Federal e Minas Gerais.

Senadores na Operação Faroeste

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovou ontem requerimento de autoria do senador César Borges (PFL-BA) que solicita a criação de uma subcomissão temporária para acompanhar o prosseguimento da Operação Faroeste, da Polícia Federal.

De acordo com a PF, a operação, desencadeada no início de dezembro, teve o intuito de desarticular uma quadrilha especializada em grilagem de terras públicas na Região Norte.

Foram presas pela PF 18 pessoas, em vários estados. Dentre elas, vários empresários e oito servidores públicos, incluindo o superintendente do Incri no Pará, José Roberto Faro.



Jane Araújo

SOLENIDADE Sarney descerra laço, entre Marilena Chiarelli, Aloizio Mercadante, Fernando Bezerra, Arthur Virgílio e Renan Calheiros

Sarney inaugura novos estúdios da TV Senado

O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou ontem, ao inaugurar os novos estúdios da TV Senado, a importância da eficiência dos meios de comunicação da Casa para assegurar transparência cada vez maior aos trabalhos parlamentares. O senador aproveitou para anunciar o próximo início das transmissões da TV Senado em sinal aberto (UHF) para os estados, começando por cinco grandes cidades e atingindo todo o território nacional numa segunda etapa.

– Agora vamos poder mostrar à sociedade, em nível nacional, nosso trabalho e utilidade, e que esta é uma instituição à qual o povo tem acesso até mesmo para questioná-la.

Sarney listou inovações como a informatização do Plenário, e elogiou o esforço dos funcionários do Senado, mencionando o

trabalho do ILB e da Unilegis. Elogiou o processo de digitalização da História do Brasil; a cobertura da Agência Senado de notícias; e o lançamento da edição semanal do **Jornal do Senado**. Citou o trabalho da diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, do secretário de Comunicação Social, Armando Rollemberg, e do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia.

Estavam presentes o vice-presidente da Casa, Paulo Paim (PT-RS), o 1º secretário, Romeu Tuma (PFL-SP), os líderes Arthur Virgílio (PSDB-AM), Aloizio Mercadante (PT-SP), Renan Calheiros (PMDB-AL), Ideli Salvatti (PT-SC), José Agripino (PFL-RN), Fernando Bezerra (PTB-RN), e os senadores Marco Maciel (PFL-PE), Hélio Costa (PMDB-MG), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Valdir Raupp (PMDB-RO).



Jane Araújo

PROTOCOLO Carlos Gaban (E) e Romeu Tuma assinam convênio, na presença de Florian Madruga, José Dória, Agaciel Maia e Heitor Gurgulino

Cooperação com a assembléia da Bahia

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), e o presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, deputado Carlos Ricardo Gaban, assinaram ontem protocolo de intenções de cooperação entre as duas instituições, pelo qual os cursos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo (Unilegis) serão cedidos à assembléia.

Romeu Tuma comentou a satisfação do Senado por assinar convênio com mais uma assembléia legislativa e informou que o material vai chegar a todos os municípios baianos. O diretor do ILB, Florian Madruga, explicou que também será instalado na assembléia o Canal ILB, que transmite material de vídeo nas áreas de cultura e educação.

Empréstimo do Banco Mundial ao Bolsa-Família passa na CAE

Roosevelt Pinheiro



VANTAGEM Conforme Suplicy, condições do empréstimo favorecem o programa social

O financiamento do Banco Mundial no valor de US\$ 572,2 milhões para estimular o programa Bolsa-Família obteve ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Depois de ter sua votação adiada em duas reuniões ordinárias da CAE, o relatório do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) foi aprovado por unanimidade. A autorização para essa operação externa será submetida ao Plenário em regime de urgência, conforme requerimento de Suplicy.

Com prazo de desembolso até dezembro de 2006 e um custo efetivo de 4,75% ao ano, inferior ao que custariam as emissões de títulos do Tesouro Nacional (*global bonds*) para essa captação, de 9,86% ao ano segundo cálculos encaminhados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), essa operação suscitou muita discussão no âmbito da CAE.

O relator explicou várias vezes que se trata de uma

modalidade de financiamento nova, em que o Banco Mundial reembolsa ao governo federal recursos já despendidos com o Bolsa-Família. Esse tipo de reembolso não está vinculado a um determinado setor, podendo o governo decidir onde irá aplicá-lo. Os recursos poderão, inclusive, ajudar a compor o superávit primário. Somente US\$ 15 milhões do total serão aplicados obrigatoriamente no Bolsa-Família.

No entanto, Suplicy afirmou ao senador César Borges (PFL-BA) que as condições para a liberação dos recursos estimulam o Bolsa-Família, porque os valores de reembolso estão atrelados ao cumprimento de metas físicas do programa.

Prótese de silicone para menores é admitida

■ Comissão rejeita emenda que proíbe uso de substância para corrigir distúrbios ou aumentar os seios

Roosevelt Pinheiro



RELEVÂNCIA Segundo Augusto Botelho, aplicação de silicone gel favorece bem-estar da adolescente

As adolescentes, após decisão do médico, poderão continuar a usar silicone do tipo gel ou injetável para corrigir distúrbios nas glândulas mamárias ou apenas para aumentar o tamanho dos seios. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao rejeitar emenda de Plenário que proibia o uso da prótese em menores de 18 anos. O substitutivo voltará novamente ao exame do Plenário do Senado e, depois, retornará para a Câmara, já que foi modificado no Senado.

Na reunião de ontem, o senador Augusto Botelho (PDT-RR), que é médico, observou, no seu parecer, que a prótese de silicone gel pode corrigir dois tipos de distúrbios: a amastia (ausência de desenvolvimento da mama) e a hipoplasia

mamária (insuficiência no desenvolvimento da glândula). Tais condições, segundo ele, manifestam-se durante a adolescência e podem acometer uma ou ambas as mamas.

– A correção cirúrgica desses dois tipos de distúrbios, com a aplicação de próteses de silicone gel, é importante para o bem-estar e o desenvolvimento psicológico da adolescente, pois uma mama tem enorme importância não apenas na amamentação, mas também no desenvolvimento da sexualidade feminina – justificou.

Gerson Camata (PMDB-ES), disse que o relatório contém base científica. A presidente do colegiado, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) também aplaudiram o relatório.

Roosevelt Pinheiro



REGRAS Relatório de Garibaldi Alves foi acolhido pela CAE na última reunião do ano

Aprovado projeto que disciplina a pesca no país

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, na última reunião do ano, o relatório de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) favorável ao projeto que regula as atividades da pesca e da aquicultura. A matéria será submetida à Comissão de Assuntos Sociais.

Com 31 artigos, o projeto (PLC 29/03) é bastante abrangente e expressa, segundo o relator, um consenso sobre as normas legais que devem disciplinar o setor. Garibaldi

explicou que o texto aprovado na Câmara antecede a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) e que, por essa razão, o projeto foi submetido a ampla análise e discussão, que resultou no seu relatório.

Ele ponderou que não são alterações substanciais. Constatam, entre elas, a limitação do instrumento da parceria apenas à pesca artesanal, porque legaliza uma relação entre pessoas que existe de fato. Assim, não poderá ser empregado na pesca industrial. Outra mudança foi a proibição do transbordo do produto de pesca para exportação (ou seja, a transferência do produto da embarcação de pesca para a de transporte mercante).

O projeto define o que são as duas atividades, a sua abrangência e os seus agentes. Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que relatou a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), destacou a importância do substitutivo de Garibaldi.

O presidente do colegiado, Ramez Tebet (PMDB-MS), destacou os trabalhos realizados pela CAE este ano, além de agradecer o empenho dos funcionários da comissão.



CERIMÔNIA Discurso de Roseana é acompanhado por Nilcéa, Serys, Ana Júlia, Patrícia, Fátima Cleide e Paim

Questões femininas mobilizam parlamentares

Foram realizadas ontem as cerimônias de entrega do relatório final referente aos trabalhos realizados em 2004 pela Comissão Especial Temporária do Ano da Mulher e de lançamento do livro *Proposições sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro, 1823-2004*, no Salão Nobre do Senado Federal.

Estavam presentes a presidente da Comissão da Mulher, senadora

Serys Silhessarenko (PT-MT), a relatora, senadora Roseana Sarney (PFL-MA), e as demais integrantes: senadoras Patrícia Saboya (PPS-CE), Fátima Cleide (PT-RO) e Ana Júlia Carepa (PT-PA). A ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, e o senador Paulo Paim (PT-RS) também compareceram à cerimônia.

Roseana disse estar inconformada com a violência doméstica

contra as mulheres, especialmente as negras. Ela acredita que as mulheres devem ter maior participação na vida política do país e defende que novas proposições legislativas em benefício delas sejam criadas.

Serys elogiou o esforço para publicação do livro, que trata da evolução da mulher no Parlamento. Já Paulo Paim enalteceu a força da mulher.

Conselho Bertha Lutz poderá atuar nos estados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concordou com a sugestão da senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) de ampliar a atuação do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, permitindo que seus integrantes promovam encontros e seminários nos estados. O parecer favorável do senador

Marcelo Crivella (PL-RJ) aos aspectos jurídicos e constitucionais do projeto de resolução (PRS 2/01) foi aprovado ontem pela comissão. A matéria, que já foi apreciada em seu mérito pela Comissão de Educação (CE), será definitivamente decidida pela Comissão Diretora do Senado.

Agripino cobra restabelecimento da Sudene

O senador José Agripino (PFL-RN) lembrou os 45 anos da lei que criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), transcorridos ontem, para pedir a recriação da entidade. Ele lamentou a possibilidade do fim dos incentivos fiscais, com a unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e o fim das dotações especiais para a região.

Para o líder do PFL, os senadores serão “responsabilizados perante a história” pelo fim de incentivos para a Região Nordeste. Agripino sugeriu que o



PREJUÍZO José Agripino alerta para o risco de se extinguirem incentivos para o Nordeste

presidente da nova comissão permanente do Senado, a de Desenvolvimento Regional, Agricultura e Turismo, seja um nordestino.

O senador disse que a lei que criou a Sudene é “exemplar” e citou a garantia de recursos para o órgão, nunca inferior a 2% da arrecadação tributária da União.



EMPENHO Para Alberto Silva, governo embarcou definitivamente no projeto que ele sempre defendeu

Alberto Silva elogia projeto para biodiesel

Convidado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, para conhecer o programa governamental de utilização da agricultura fami-

liar na produção de mamona destinada a biodiesel, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) elogiou ontem a iniciativa do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– Pela explanação do ministro, concluímos que o presidente da República embarcou definitivamente no projeto, que eu acalentei há tanto tempo, do biodiesel. Mas minha preocupação agora é com quem vai produzir a oleaginosa.

Alberto Silva disse que, se isso for deixado por conta das grandes empresas, o Brasil terá um novo Proálcool.

– A idéia do biodiesel, que sempre defendi, consiste em dar emprego no campo. E nada melhor que a mamona, porque, felizmente, não se colhe mamona a máquina.

Juvêncio anuncia campanha contra desarmamento

Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) disse ontem que, após discursos que fez recentemente, recebeu centenas de e-mails apoiando sua luta pelo não-desarmamento no referendo popular marcado para o ano que vem. Ele leu em Plenário mensagem em que um cidadão opina que os automóveis também deveriam ser banidos, já que as estatísticas constataam que esses matam mais do que as armas de fogo.

Juvêncio garantiu que dará continuidade a sua campanha contra o desarmamento, pois para ele o “cidadão de bem não pode ser desarmado enquanto o bandido está na rua em plena



DEFESA Cidadão não pode ser desarmado enquanto bandido está na rua, diz Juvêncio da Fonseca

liberdade”.

O parlamentar lembrou que seu partido, o PDT, entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra artigo do Estatuto do Desarmamento segundo o qual são crimes inafiançáveis o porte ilegal de arma de fogo e o disparo de arma em local público. Ele disse que a Procuradoria da República é a favor da ação.

Senado poderá decidir sobre áreas indígenas

PEC em exame submete o ato demarcatório a aprovação prévia dos senadores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) favorável, com alterações, a proposta de emenda à Constituição do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que inclui entre as competências privativas do Senado a aprovação, mediante proposta do Executivo, do ato demarcatório das terras indígenas.

No parecer, Quintanilha afirma que o impacto causado pelo surgimento das preocu-

Mozarildo pede solução para terra em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que encontre solução para a questão fundiária do estado de Roraima. Ele advertiu que, do jeito que está, “é como se o estado fosse virtual”, uma vez que o governador local realizou titulação oficial de terras, por meio do Instituto de Terras do Estado, e o Supremo Tribunal Federal (STF) a anulou.

– Estamos sendo tratados como se ainda fôssemos um território federal, em que o governo federal pinta e borda. Como um estado da Federação, temos nossos direitos que precisam ser respeitados – disse.

Mozarildo lembrou que o atual governo criou grupo interministerial para elaborar um projeto de titulação de terras definindo as reservas indígenas, as áreas de fronteira, as reservas ecológicas e as terras que podem ser usadas para plantações. Mas o relatório não foi publicado, protestou.

Segundo o senador, os produtores de arroz e soja de Roraima temem expandir seus negócios, apesar de estarem conseguindo uma produtividade superior a qualquer outro estado da Federação, porque se sentem inseguros em relação à questão fundiária.



VIABILIDADE Proposta de autoria de Mozarildo recebeu parecer favorável da CCJ, com emendas

pações com o meio ambiente e pelo novo enfoque da proteção devida aos índios, após a Constituição de 1988, levou, inicialmente, a “compreensível superdimensionamento” das medidas adotadas nesses dois



DEBATE Leomar Quintanilha cita desenvolvimento de Goiás e Mato Grosso após divisão

Quintanilha quer discussão sobre estado do Planalto

Ao opinar que o território brasileiro precisa ser mais bem distribuído, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu, em discurso no Plenário, a necessidade de maior discussão a respeito do projeto apresentado pelo então senador Francisco Escórcio, que cria o estado do Planalto Central.

Embora não tenha ainda posição sobre a matéria, Quintanilha disse que é preciso haver mudanças para atender tanto a população que reside em Brasília quanto a que mora no Entorno do DF.

O senador registrou ainda que outros estados brasileiros que tiveram seu território dividido, como Goiás e Mato Grosso, experimentaram expressivos índices de desenvolvimento após a redivisão.

setores. Na esfera das terras indígenas, observou, vários estados brasileiros têm sofrido o comprometimento de elevadas proporções de seus territórios.

Para Quintanilha, a aprovação da proposta de Mozarildo “possibilitará a destinação de área das unidades da Federação suficientemente ampla para a garantia da preservação do meio ambiente e das populações indígenas, sem comprometer a previsibilidade das políticas imprescindíveis para o desenvolvimento dos estados brasileiros”.

Conforme o parecer, a área destinada às terras indígenas e às unidades de conservação ambiental não poderá ultrapassar, conjuntamente, 50% da superfície de cada unidade da Federação.

CCJ aprova plano de incentivo para cidades do Amapá

Parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), favorável, com emendas, a projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposição será agora examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o texto aprovado, o plano abrange os municípios de Calçoene, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio. Os programas e projetos prioritários para a execução do plano serão financiados com recursos orçamentários destinados pela União, pelo estado e pelos municípios abrangidos, além de operações de crédito internas e externas.

Os programas e empreendimentos ecologicamente sustentáveis localizados nos municípios do entorno do parque, de acordo com a proposta de José Sarney, receberão tratamento preferencial por parte das instituições de assistência técnica e de crédito federais e das que recebam recursos oriundos da União.

Geraldo Magela



AUDIÊNCIA Sarney recebe o juiz austríaco Ernst Markel e o presidente da União Internacional de Magistrados, Sidnei Beneti

Sarney assina pacto por um Judiciário mais eficaz

Junto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, o presidente do Senado, José Sarney, assinou ontem, no Palácio do Planalto, o Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano. Trata-se de iniciativa conjunta do Executivo, Legislativo e Judiciário para o aprimoramento da atividade jurisdicional.

O pacto contém 11 compromissos, elaborados em conjunto pelos três Poderes, focando a conclusão da reforma do Judiciário. Isso inclui novas mudanças na Constituição e nos Códigos de Processo Civil e Penal, assim como nas normas concernentes a precatórios, execução fiscal, defensoria pública, Justiça itinerante e direitos humanos. De acordo com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a idéia é que todas as mudanças sejam aprovadas até o fim do primeiro

semestre de 2005.

Magistrados

Ao voltar da solenidade, Sarney recebeu em seu gabinete no Senado o novo presidente da União Internacional de Magistrados, desembargador Sidnei Beneti, que assumiu o cargo no mês passado, e o juiz austríaco Ernst Markel, que assumiu agora o posto de presidente honorário da instituição.

Fundada em 1953 e com sede em Roma, a União Internacional de Magistrados congrega 67 países e tem por finalidade defender o Judiciário, trabalhar por sua modernização e pela consecução da Justiça.

Sidnei Beneti se disse confiante em que o Pacto de Estado tem enorme potencial para melhorar as condições de funcionamento da Justiça. Ele ressaltou que a magistratura brasileira é muito respeitada no exterior, sendo reconhecida sobretudo por sua independência. Ernst Markel também elogiou o trabalho e independência dos juízes brasileiros.

Acordo sobre visitas dos filhos em caso de separação

A CCJ aprovou relatório de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 24/04) que modifica o Código de Processo Civil para determinar que a petição da separação consensual inclua, como requisito indispensável, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas aos filhos menores, ao que não ficar responsável pela guarda deles. Além de encontros periódicos, deverá ser estabelecida a repartição das férias escolares e dos dias festivos. A matéria será submetida ao Plenário.

Em outra decisão, a CCJ acolheu o relatório de Demostenes

Torres (PFL-GO) sobre a proibição de que advogados possam atuar em tribunais e Ministério Público onde possuam laços de parentesco até o segundo grau, sejam cônjuges ou companheiros, parentes consanguíneos ou afins. O relator foi favorável ao projeto (PLC 23/02), mas acolheu parcialmente duas emendas de Plenário. A CCJ também aceitou relatório de Demostenes favorável a projeto (PLC 74/03) que agiliza a liberação da autoridade policial e das testemunhas quando é lavrado o auto de prisão em flagrante. Atualmente, eles só são dispensados após realizado o auto do interrogatório.

Projeto para acabar com a vinculação de coligações

■ Estados e municípios poderão se livrar da obrigação de seguir acordo partidário para eleição presidencial

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a apresentação de projeto de autoria do colegiado que desvincula o processo de formação de coligações partidárias nos níveis da Federação. A matéria modifica o artigo 6º da Lei Eleitoral (9.504/97). Segundo o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA),

a proposição recebeu a assinatura da maioria dos integrantes da comissão. Em razão disso, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) concordou em abrir mão de projeto de sua autoria com o mesmo propósito.

O texto estabelece que as coligações formadas para a eleição de presidente e vice-presidente da República não vinculam as coligações celebradas nas eleições de governador e vice-governador, senador, deputado federal, deputado estadual e deputado distrital.

De acordo com Mozarildo, o projeto modifica decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

que, nas eleições de 2002, obrigou todos os partidos políticos a seguirem a mesma coligação firmada no nível federal, para os pleitos que se desenvolvem nos estados e municípios.

O senador afirmou que a decisão do TSE foi questionada porque a competência para legislar sobre eleição é do Congresso. Para Mozarildo, a decisão também entra em conflito com o princípio federativo ao obrigar unidades da Federação a seguirem a mesma coligação do nível federal. Segundo Leomar Quintanilha (PMDB-TO), o projeto visa resgatar a autonomia dos partidos.



SUBSÍDIOS Nelson Jobim fala na audiência pública da Comissão de Justiça presidida por Edison Lobão (C)

Mudança nas normas que punem compra de voto

As modificações no dispositivo da Lei Eleitoral (9.504/97) que trata da chamada compra de votos, estabelecidas em projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), tiveram boa aceitação entre os participantes da audiência pública realizada ontem pela CCJ. A matéria tem como relator o senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

O projeto (PLS 76/03) altera a data inicial pela qual se caracteriza compra de votos por parte do candidato, que passará a ser, se aprovada a matéria, "desde a escolha na convenção partidária" e não mais a partir do "registro" do candidato. Estabelece também o prazo de 15 dias após o pleito para apresentação de denúncia na Justiça; determina que a cassação do registro ou do

diploma da candidatura ocorra somente depois da publicação da decisão judicial e que os efeitos da sentença de primeira ou segunda instâncias poderão ser suspensos até a decisão definitiva do tribunal superior. Propõe ainda a possibilidade de pena de reclusão de quatro anos para o candidato condenado por captação de voto.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, disse considerar que o Senado está caminhando bem na discussão do assunto.

– Com a alteração, protege-se a formação da vontade do eleitor e não o resultado do pleito.

O representante da CNBB, juiz Marlo Reis, afirmou que a instituição tem interesse na preservação dos princípios que conduziram à aprovação do artigo 41-A (que trata da compra

de votos), mas está aberta ao diálogo.

Como representante da OAB, o ex-ministro do TSE Fernando Neves da Silva ressaltou que o projeto parece dar maior eficácia às normas de combate à corrupção eleitoral.

O relator do projeto, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), lembrou o processo judicial envolvendo o senador João Capiberibe (PSB-AP) para questionar a validade da prova testemunhal em episódios dessa natureza.

– Será que somente a prova testemunhal é suficiente para cassar milhões de votos nas urnas? Esse tipo de prova seria suficiente ou se deveria buscar também a prova documental?

Participaram ainda dos debates os senadores Demostenes Torres (PFL-GO) e César Borges (PFL-BA).

Célio Azevedo

Ministro anuncia plano para recuperar rodovias

■ Alfredo Nascimento prevê que até o fim de 2005 a maior parte da malha rodoviária estará recuperada

Até o fim do próximo ano, cerca de 65% a 75% das rodovias federais em todo o país terão sido restauradas, segundo previsão feita ontem pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, durante audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC).

Para garantir a recuperação das estradas, o ministro disse que deve contar com aproximadamente R\$ 6,5 bilhões no ano que vem. Do total, R\$ 3,5 bilhões foram incluídos no projeto do Orçamento da União,

R\$ 2,5 bilhões estão contidos em um aditivo à proposta, a ser enviado ao Congresso até o dia 20, e outros R\$ 500 milhões provenientes de emendas de parlamentares.

– Criamos um plano de restauração de rodovias para 2005 e eu estou muito otimista.

Nascimento considerou equivocada a opção preferencial do Brasil pelas rodovias, mas argumentou que a mudança de prioridade em direção às ferrovias e hidrovias exige tempo.

O ministro defendeu novas opções de logística que garantam o escoamento da produção e estimulem o crescimento. Citou, entre elas, os corredores formados pelas ferrovias Norte-Sul e Transnordestina e pelos portos de Itaqui (MA), Pecém (CE) e Suape (PE).

Para a finalização da Ferrovia Norte-Sul, ele afirmou serem necessários recursos da

iniciativa privada. "Apostamos muito na aprovação das PPPs", afirmou Nascimento, em uma referência ao projeto de regulamentação das parcerias público-privadas.

Segundo o ministro dos Transportes, empresários japoneses já demonstraram interesse na conclusão da Norte-Sul. Também poderão receber investimentos privados, na sua opinião, as obras do corredor de exportação da Transnordestina e dos portos de Pecém e Suape. Os dois portos, ressaltou, dispõem de grandes retroáreas e calado acima da média. Por meio desse corredor poderá ser escoada parte da produção da Bahia, do Piauí e do Maranhão, informou.

No início da audiência, o presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), disse que a pasta tem pela frente um "desafio grandioso".



RIGOR Relatório final da comissão, presidida por Romeu Tuma (C), sugere uma devassa nas oficinas de desmanche, com apoio dos Detrans e prefeituras

CPI sugere medidas para coibir roubo de veículos

O relatório final aprovado ontem pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Desmanche conclui pela existência de "indícios quanto à participação de empresas e órgãos públicos nos procedimentos de alienação de veículos oriundos de perda total, que são, em quantidade incalculável, adquiridos por quadrilhas, que, depois, roubam veículos idênticos".

A comissão, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e que teve como relator o deputado Hidekazu Takayama (PMDB-PR), foi criada para apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedoras de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis.

Instalada em dezembro de 2003, a CPI ouviu, entre outros, dirigentes dos Detrans e autoridades policiais de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, além de proprietários de revendedoras de veículos "salvados". Também

realizou diligências em cidades do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro e várias audiências públicas.

A comissão parlamentar de inquérito apresentou projeto de lei exigindo, entre outras medidas, que o proprietário de veículo irrecuperável ou desmontado requeira a baixa do registro em 30 dias.

Segundo o relatório, a baixa dos veículos "salvados" irrecuperáveis representaria grande contribuição no combate aos crimes de furto, roubo e latrocínio.

Devassa

O relatório propõe que a polícia competente faça uma devassa nas empresas de desmanche, num trabalho conjunto com as prefeituras. Recomenda também ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) que promovam a normatização, com urgência, da comercialização das peças oriundas de autos acidentados, furtados e de desmanches.

Dono deve providenciar a baixa

Projeto apresentado pela CPI do Desmanche altera artigo do Código de Trânsito Brasileiro para fixar em 30 dias o prazo para que o proprietário de veículo irrecuperável ou desmontado requeira a baixa do registro.

Também determina que a obrigação de requerer a baixa do registro seja do proprietário do veículo ou da companhia seguradora. A norma em vigor determina que a obrigação é da companhia seguradora ou do adquirente do veículo destinado à desmontagem, quando esses sucederem ao proprietário.

Entre outras regras, o projeto

prevê que é irrecuperável todo veículo que, em razão de sinistro, intempérie ou desuso, tenha sofrido danos ou avarias na sua estrutura, capazes de inviabilizar a recuperação que atenda aos requisitos da segurança para a circulação nas vias públicas.

De acordo com a proposição, o veículo acidentado, segurado ou não, será obrigatoriamente avaliado pelo agente do órgão fiscalizador, para constatar se é recuperável ou não, no momento da ocorrência do evento. Se a perícia técnica constatar que o veículo é irrecuperável, será feita a sua baixa automática no sistema nacional de controle de veículos automotores.



TRANSPORTES Alfredo Nascimento, entre Ney Suassuna (E) e Ramez Tebet, faz exposição em audiência conjunta

Senadores criticam desvio de verba da Cide

A utilização de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para compor o superávit primário foi criticada por senadores de oposição durante a audiência com o ministro dos Transportes.

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), José Jorge (PFL-PE), lembrou que o tributo foi criado para substituir o fundo rodoviário nacional.

César Borges (PFL-BA) afirmou que uma "parcela cres-

cente" do dinheiro da Cide tem sido "esterilizada" no superávit primário. Nascimento recordou que ainda era prefeito de Manaus na época de criação da Cide, mas reconheceu que a intenção do legislador era mesmo a de substituir o fundo.

Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que, dos R\$ 2,3 bilhões previstos para investimentos no setor em 2004, apenas 68% foram até o momento empenhados, e 22% efetivamente pagos.

Delcídio Amaral (PT-MS)

queixou-se ao ministro – com o apoio do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Ramez Tebet (PMDB-MS) – da falta de investimentos na Novoeste por parte da Brasil Ferrovias.

Também participaram do debate Valdir Raupp (PMDB-RO), Ana Júlia (PT-PA), Leonel Pavan (PSDB-SC), Ideli Salvatti (PT-SC), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Serys Shlessarenko (PT-MT), Mão Santa (PMDB-PI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Magno Malta (PL-ES).

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Papaléo Paes e Sérgio Zambiasi